

Língua Portuguesa, Matriz de Identidade / Alteridade Cultural — Paradigmas Subjacentes ao Discurso Pedagógico Oficial

Maria José Cerqueira da Costa Matos Frias
Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico do Porto

SINOPSE

O conceito de Língua Materna como fator de identidade nacional encontra-se consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) português e justificado teoricamente pela função primária modelizante do mundo da língua, tal como a definiu Lotman.

A partir desta fundamentação, procedo a uma leitura de Textos Oficiais que recontextualizaram o enunciado da LBSE, no sentido de explicitar os paradigmas subjacentes ao Discurso da Reforma Educativa dos anos 90. Analisarei, a seguir, o Programa de Língua Portuguesa do 2º ciclo do Ensino Básico, com o propósito de verificar como se encontra aí objetivado cada um dos paradigmas. Subsidiariamente, nesta análise, serão consideradas as articulações com os programas do 1º e do 3º ciclos para constatação de continuidades e/ou de ruturas ao longo do Ensino Básico.

Numa perspetiva evolutiva, enquadrarei ainda o Programa do ciclo em apreço no conjunto de Programas que se sucederam desde a sua criação como Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES), no quadro da Reforma de Veiga Simão em 1968, até à atualidade, selecionando três grandes datas em que houve alterações programáticas de fundo — 1968, 1975, 1978.

Ao proceder a uma análise de conteúdo, a partir da coordenada de leitura que seleccionei, pretendo dar a ver, de forma estruturada, não só o que se encontra de facto expresso nos Programas, mas também a produtividade de conceitos ou de tópicos programáticos que o desenvolvimento curricular pode vir a objetivar, ultrapassando uma leitura muitas vezes parcial e passadista da função da língua materna apenas como expressão da cultura enquanto legado, para incorporar outras dimensões estruturantes da identidade e da alteridade linguística e cultural.

Referir-me-ei aqui à escola como lugar de produção/construção cultural e de educação intercultural, que se efetive no desenho e implementação de projetos no âmbito dos quais sejam contempladas intenções e ações de abertura a outras culturas, no contexto da comunidade linguística portuguesa, no quadro nacional e internacional.

A linguagem verbal, objetivada nas diferentes línguas, constitui um sistema primário modelizante do mundo, ou seja, é através dela que primeiro se organizam as experiências reais e simbólicas dos falantes que nela se exprimem, a sua relação com o mundo, consigo e com o outro; *do real à palavra vai uma distância infinita*, nas palavras de Vergílio Ferreira; deste modo se constrói o mundo, se constroem paradigmas vivenciais e culturais. Se as línguas naturais constituem sistemas primários modelizantes do mundo, construindo os falantes através delas uma visão específica do mundo, as literaturas constituem sistemas modelizantes secundários em que a vivência real e poética interagem, num vaivém por vezes dificilmente separável. Nas palavras de João de Melo, *se a literatura é ponto de encontro e de chegada de alguma coisa é porque faz o acervo de todas as percepções, de tudo o que é consciente e inconsciente, real e irreal*. Por isso Lotman, a propósito da linguagem do texto artístico, afirma o seu papel modelizador dos aspetos mais gerais da imagem do mundo, constituindo-se assim a literatura como um sistema modelizante secundário, porque, se por um lado utiliza os sistemas de signos da linguagem verbal, por outro diferencia-se deles, constituindo-se como uma linguagem particular. «Não é a literatura um largo complexo de discursos que, até pela sua especificidade e sobretudo pela sua exemplaridade, obtém um alcance fundamental na projeção e recriação da 'forma de vida' contida na língua? Não é o discurso literário o lugar privilegiado da revelação das potencialidades da língua?», pergunta-se Joaquim Fonseca (1992: 246).

Da consciência que a língua materna e a literatura se instituem assim como matrizes de identidade nacional decorrem afirmações como a conhecida e frequentemente citada frase, já lapidar, *A minha pátria é a língua portuguesa*, de Fernando Pessoa ou, embora menos divulgada, *A pátria é a língua em que me digo*, de Rui Knopfli. No entanto, de entre todas os autores que poderíamos citar, foi talvez Vergílio Ferreira que melhor traduziu esta função quando em 1991 disse em Bruxelas, na Europália: *Uma língua é o lugar de onde se vê o mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o rumor das ondas, como de outras se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto*. Dele aliás se aproxima Roberto Carneiro no seu último discurso público como Ministro da Educação, ao dizer que a língua portuguesa «cheira a maresia, tinge-se de azul intenso e lega-se-nos salgada» (1992: 18).

O ensino da língua portuguesa configura-se assim como um trabalho no sentido de «desvendar uma herança cultural, (é) caminhar no sentido da identidade dos que a falam», devendo a atitude do professor consistir em «Salientar a importância e o papel da língua materna para nos reconhecermos como povo que se define pelas suas raízes culturais (Reis e Adragão, 1990: 85).

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) portuguesa, publicada em 1986, consagra esta função ao relevar — no quadro de três temas que dão um estatuto específico à disciplina de língua portuguesa, relativamente a todas as outras que integram o currículo — o seu papel como matriz de identidade nacional. Aliás os dois outros temas, sua importância e reforço e seu papel trans/interdisciplinar, decorrem deste e com ele interagem, por que nele encontram a justificação primeira e nele se ancoram. Assim, no artigo 3º, a LBSE considera

entre os princípios organizativos do sistema educativo o de *contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal* através da consciencialização do património cultural do povo português. Documentos posteriores, como folhetos de divulgação da Reforma Educativa e o Decreto-lei nº286/89 que promulga a reforma curricular e declara *valoriza-se o ensino da língua portuguesa como matriz de identidade*, recontextualizam o enunciado da LBSE.

Fazem-no de forma mais desenvolvida, retomando e reposicionando este tema, os Documentos Preparatórios da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (CRSE), que preparou a Reforma dos anos 90, e discursos de responsáveis pela política educativa, de entre os quais se deve destacar, pelo grande espaço dedicado a este tema, o último discurso público do Ministro da Educação, Engenheiro Roberto Carneiro, a que já me referi.

Nos Documentos Preparatórios I (1988:176) pode ler-se que a integração na então designada Comunidade Económica Europeia (CEE), entre outros fatores determina que «questões antes apenas referidas como valores a preservar ganham agora maior relevo político-económico e conseqüente acuidade: é o caso da 'identidade nacional', intimamente ligada ao papel da língua, fator de diferenciação no espaço europeu e de união no contexto atlântico, abrangendo o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa». Segundo a Comissão de Reforma do Sistema Educativo, autora deste Documento, «a educação é o mecanismo privilegiado para a preservação e afirmação da identidade nacional...».

É também aqui que são enunciados os três grandes objetivos gerais da educação básica (1988: 204-205); o primeiro refere-se à «dimensão pessoal da formação e desagrega-se em objetivos específicos», sendo o primeiro deles «promover a existência de situações que favoreçam o conhecimento de si próprio e um relacionamento positivo com os outros no apreço pelos valores da justiça, da verdade, da solidariedade». O 2º objetivo geral, que considera «a dimensão das aquisições básicas e intelectuais fundamentais» como «suporte de um saber estruturado em domínios diversificados», implica um 1º objetivo específico assim enunciado: «Promover: conhecimento dos valores característicos da língua, história e cultura portuguesa; a consciencialização de que a cultura portuguesa é instrumento vivo que se oferece à realização de cada um; reconhecimento de que a língua portuguesa é instrumento de transmissão e criação da cultura nacional».

«A língua é um dom gratuito», título com que o discurso do Eng.º Roberto Carneiro foi publicado no *Jornal de Letras* (7.1.92: 18), centra-se sobre o papel da língua portuguesa no mundo e no processo de aproximação dos povos. Saliendo a dimensão da identidade nacional ao considerar a língua como «a síntese histórica do povo que a fala (...) produto de uma cultura, veículo dessa cultura, expressão da alma coletiva e intemporal», ideia retomada várias vezes ao longo do texto, valoriza também o facto de ela ser «reflexo da estrutura e da dinâmica da sociedade que a usa» e de forma muito significativa o ser «o grande mediador entre pessoas, instrumento do diálogo que surge da busca irreprimível e misteriosa do outro». A afirmação das línguas nacionais no espaço europeu é assim sublinhada: «perenes na defesa da identidade dos povos que as falam». Para se referir especificamente à identidade dos portugueses, invoca três grandes nomes da literatura portuguesa, «falantes de uma língua que nos une, nos define, nos identifica com Gil Vicente ou Camões ou Pessoa». Roberto Carneiro acentua esta dimensão com metáforas como «a língua é a vertebração da unidade nacional», «a língua está para um povo como o sangue está para um organismo vivo», «tesouro moral da nação», cometendo à língua a função de exprimir «o mistério da dimensão profética do povo».

Já a afirmação da sua presença no mundo, considerados o número de falantes espalhados por vários continentes, assume uma faceta dialógica, na interação com outras línguas e nas influências recíprocas daí decorrentes: «língua sempre jovem e aventureira, encontrou no ardor da mestiçagem a resposta apaixonada à irresistível atração pela humanidade dos trópicos, característica do seu temperamento 'adúltero', periférico e meridional», e leva-o a parafrasear Pessoa para dizer «a língua que se torna pátria espalhada pelo mundo exige o nosso empenho» e defender claramente o plurilinguismo e o multiculturalismo, considerando um enriquecimento a partilha de valores culturais diferentes e a língua «um leme na viagem comum da autenticidade cultural».

Se atentarmos nos paradigmas subjacentes aos textos aqui em análise podemos explicitá-los assim: a língua, fator de identidade nacional enquanto parte e expressão de cultura (1) é um legado, um património a preservar, (2) é abertura a outros povos e culturas (3) é constante construção e criação cultural.

Uma leitura de programas relativos a períodos anteriores mostra que estes paradigmas se têm vindo a recontextualizar com continuidades e rupturas em grande parte decorrentes dos períodos sociopolíticos em que se inscrevem.

Para melhor objetivação desta temática aproximo-me agora de um contexto específico, o 2º ciclo do Ensino Básico. A escolha deste ciclo não é aleatória; considerada a extensão deste texto, apenas esse ciclo permite uma visão integral numa perspetiva evolutiva, dado que surgiu apenas em 1968, no quadro da Reforma de Veiga Simão, coincidindo também com o primeiro alargamento da escolaridade obrigatória, após o ensino primário (atual 1º ciclo). Além disso, manteve uma ambiguidade do último ciclo da escolaridade obrigatória por um lado, mas Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (CPES), por outro até ao momento em que a escolaridade básica passou a ser de nove anos, incluindo assim um 3º ciclo que antes se constituía como o primeiro do ensino secundário; estas características recomendam também a sua análise numa perspetiva sincrónica, para que possam ser examinadas as articulações que estabelece com o ciclo precedente e com o seguinte.

Começando por traçar um breve historial dos programas anteriores, passo em revista rapidamente o primeiro programa de língua portuguesa do CPES, o de 1968 e dois outros em que se verificaram alterações significativas: o de 1975 e o de 1978.

No Capítulo I do programa de 1968, intitulado «Valor e finalidades», a *língua pátria* é considerada o *principal vínculo de cultura, o mais forte elo de convivência social, um dos mais importantes vínculos da unidade nacional*; em consequência deste princípio institui-se como um dos objetivos do seu ensino a *consciência do valor da*

pessoa como português. Princípio e objetivo encontram-se depois contemplados na sua articulação com os Princípios fundamentais de atuação didática, sobretudo no respeitante à seleção de textos que devem ser adequados à *formação portuguesa*; assim, os critérios temáticos presidem à escolha que deve contemplar o solo português, *belezas dos sítios, lugares pitorescos, textos sobre aspetos de Portugal*, monumentos, empreendimentos e, num espaço mais alargado, *o ultramar, as comunidades no estrangeiro, a comunidade luso-brasileira*; os excertos a escolher também deverão referir-se à *história das regiões e do país, aos heróis nacionais, a exemplos de virtude e de dedicação*. A literatura estará presente, considerando textos dos nossos melhores escritores e, também, lendas, contos e poesias do *tesouro popular* português. Nesta identificação nacional a língua é concebida como uma, *modelar*, preconizando-se o *combate* aos desvios regionais, nos planos fonético e prosódico, para os *atenuar*, já que se encontram evadidos de *defeitos e erros articulatórios* e de *ritmos e entoações desagradáveis*.

O programa de 1975, na introdução geral, assume como função responsabilizar o aluno perante a sociedade e a cultura em que se inscreve, para que ele seja um agente dinâmico de transformações. Este propósito inicial não encontra, no entanto, qualquer eco nas opções ao nível dos conteúdos de natureza linguística ou literária.

Finalmente, o programa de 1978, nos seus objetivos gerais, reconhece a importância da língua como *legado cultural* e, por isso, a exigência da sua *preservação e valorização*. A exemplo do programa anterior, o enunciado dos conteúdos também não explicita qualquer concretização deste objetivo.

O breve historial que tracei permite-nos verificar que o paradigma que valoriza a língua materna como um legado está presente de forma significativa no programa de 1968 e é retomado esquematicamente, mas não desenvolvido no de 1978; obviamente não o encontramos em 75, por se encontrar o país em período de radicalização política, em que se procura um distanciamento relativamente ao passado. É apenas neste programa, aliás, que se encontra presente o conceito de que a identidade nacional passa pela transformação operada pelos cidadãos; este paradigma não ultrapassa porém o estatuto de uma declaração de princípio que não encontra qualquer relação explícita com os conteúdos do programa. A ótica de abertura a outras culturas está apenas contemplada com fragilidade pelo programa de 68 e não é objeto de qualquer referência nos posteriores.

Vemos assim que todos os paradigmas atrás enunciados se encontram presentes em diferentes momentos da história do CPES/EP/2º ciclo. No entanto, apenas o programa de 1968 explicita nos conteúdos as opções neste âmbito, o que nos permite olhá-lo com mais pormenor. Constata-se aqui a presença de conceitos subjacentes que se enquadram numa perspetiva oitocentista de Estado, a que não é alheia a ideologia política vigente assente na trilogia Deus, pátria, família. O Estado é a Nação a que se associa o convencimento de que se possui a essência do passado, de que não há diferenças entre o presente e o passado, de que pertencemos todos a uma grande família e a uma terra; a apropriação afetiva do espaço nacional exige a conquista pessoal do todo, regado pelo suor dos avós humildes ou pelo sangue dos heróis que se encontram perpetuados na língua e na literatura; assim os textos são pretextos para a veiculação dos valores do Estado Novo.

A menção à comunidade luso-brasileira e ao ultramar enquadra-se na mesma perspetiva, a *missão histórica* de Portugal, a que se junta de algum modo uma tendência humanista de aproximação dos povos de inspiração cristã, o que lhe confere, apesar de tudo, e considerado o contexto político, alguma abertura. Esta abertura é fortemente condicionada do ponto de vista linguístico pelo conceito de que a língua é apenas uma, sendo consideradas incorretas as variantes fonéticas, as diferenças na forma como pronunciamos a língua, que, entretanto, a linguística nos ensinou a respeitar «como manifestações genuínas de autenticidades locais, em muitos casos bem mais próximas das origens do que a própria norma», como constata José Vítor Adragão numa coluna do *Público* de 19 de setembro de 1993. No entanto, este programa, que constituiu ‘uma lufada de ar fresco’, porque fundamenta as suas opções também na Escola Moderna e em pedagogos como Freinet, proporciona um corredor de liberdade que diversos professores com certeza não alienaram e que deu lugar a práticas mais abertas.

A grande alteração política decorrente do 25 de abril de 1974 valoriza ao nível das intenções o papel de criação e construção que a língua pode ter na sociedade dado que o grande enfoque é colocado nos cidadãos como agentes de transformação, mas o enunciado programático não desenvolve minimamente este tema; o mesmo se pode dizer do programa de 1978, por outras razões; dado que entra em rutura com os anteriores coloca a ênfase numa perspetiva cientificizante: a perspetiva cultural, ainda que enunciada, não é objetivada.

É nos atuais programas que vamos encontrar uma presença mais informada da questão da identidade cultural.

Os programas do Ensino Básico, em vigor desde o início dos anos 90, incluem nos seus objetivos gerais os seguintes: *Promover o reconhecimento de que a língua portuguesa é um instrumento vivo de transmissão e criação da cultura nacional, de abertura a outras culturas e Fomentar a existência de uma consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspetiva de humanismo universalista*. Mais especificamente, os programas de Língua Portuguesa, no início da Introdução, entre as suas opções fundamentais, reconhecem a *língua materna como elemento mediador que permite a nossa identificação* e, a fechar, asseguram que a perspetiva pedagógica adotada contribuirá para que o aluno *na língua em que pensa, fala, lê e escreve construa a sua identidade*. Em consonância com estas declarações iniciais enunciam-se duas finalidades que importa destacar: *contribuir para a identificação crítica do aluno com a literatura e outras manifestações de cultura nacional e universal e propiciar a valorização da língua portuguesa como património nacional e fator de ligação entre povos distintos*.

Nos planos de organização curricular dos diferentes ciclos, cujos conteúdos se encontram organizados em quatro áreas de aprendizagem «↔comunicação oral, leitura, escrita e funcionamento da língua» «análise e reflexão», encontramos a objetivação das finalidades atrás referidas que têm subjacentes os paradigmas de legado e de abertura a outras culturas.

No âmbito da comunicação oral são dois os tópicos que remetem para essas finalidades, a *recolha de produções do património literário oral* e o *confronto de variações linguísticas sociais e regionais como formas padronizadas da língua*.

No primeiro caso, uma diversidade textual de géneros da literatura oral é elencada e preconizada ao longo dos três ciclos; neste elenco incluem-se textos do património oral infantil (trava-línguas, lengalengas, rimas) no 1º e 2º ciclos, mas também adivinhas, cantares, contos, excertos do romanceiro, lendas, provérbios e quadras populares, figurando os de maior extensão ou dificuldade de descodificação (caso dos provérbios, por exemplo) apenas a partir do 2º ciclo.

Quanto ao estudo da variação linguística, só recentemente introduzido no currículo nacional para o primeiro ciclo, não se encontra no Programa desse ciclo, mas apenas nos do 2º e 3º ciclos; na relação normativa que o programa estabelece com os seus utilizadores, apenas se prescreve como processo de operacionalização *refletir oportunamente sobre variações ou inadequações linguísticas de ocorrência frequente*, o que limita a entrada inicial a uma perspetiva mais normativa que descritiva, em que não são claramente contempladas as variantes como objeto de estudo.

No domínio da leitura, o programa do 1º ciclo, completamente omissivo neste âmbito, não faz qualquer referência à literatura nacional ou à de outros países de língua oficial portuguesa. Neste campo, os programas do 2º e 3º ciclos propõem uma lista de obras de leitura orientada que contempla a literatura portuguesa ou em língua portuguesa e traduções de clássicos de outras literaturas, abrindo no entanto a hipótese de serem selecionadas uma ou duas narrativas que não constem da lista proposta.

No 2º ciclo a literatura portuguesa é representada por autores modernos e contemporâneos, o mesmo acontecendo nos 7º e 8º anos do ciclo seguinte embora aqui surjam progressivamente autores do século XIX. Já a perspetiva do 9º ano entra de algum modo em rutura com a anterior, visto que, sem qualquer critério explícito, a par de autores dos séculos XIX e XX, inclui uma peça de Gil Vicente e *Os Lusíadas*, de que deve ser feita uma leitura selecionada (próxima, aliás, do programa do antigo 5º ano do liceu), bem como a *Mensagem* de Fernando Pessoa.

No que respeita às literaturas de outros países que se exprimem em língua portuguesa, a lista contempla a leitura de um conto africano e de poemas de Cecília Meireles da obra *Ou Isto ou Aquilo* no 2º ciclo; ao longo do 3º ciclo prevê-se a leitura de *O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá*, *Uma História de Amor*, no 8º ano, poemas selecionados de Cecília Meireles e Manuel Bandeira no 7º ano e de Carlos Drummond de Andrade no 8º.

Encontra-se assim recontextualizado o paradigma do legado do 1º ao 3º ciclo, não negligenciando uma inscrição no passado, através da presença do património oral e de textos dos grandes autores. Esta perspetiva, bastante acentuada, e verificável noutros contextos, parece decorrer em parte no contexto internacional de um receio da condição moderna, o de que acabem as coisas com sabor, o património e, no contexto nacional, a integração europeia e o receio de diluição na Europa; um certo conservadorismo e passadismo pode também estar acentuado por nos encontrarmos num período de normalização política.

O paradigma que encara a língua como parte de cultura em constante criação e construção não se encontra devidamente objetivado; no entanto, o facto da organização dos conteúdos se centrar na compreensão e expressão oral e escrita mais do que na transmissão de saberes, numa perspetiva mais produtiva do que analítica, e a recém-criada área de projeto podem contribuir para que a escola se assuma como lugar de produção cultural e de educação intercultural que se efetive no desenho e implementação dos projetos curriculares de escola e de turma.

A perspetiva da abertura pode constituir-se como muito produtiva se for explorada a vertente da variação sincrónica no quadro da comunidade linguística portuguesa, considerada a língua na sua unidade, mas também na sua diversidade, decorrendo esta dos diferentes espaços em que é falada e dos contactos que aí estabelece com outras línguas a *gramática suja* a que se refere uma personagem de Mia Couto em *A Varanda do Franjipani*: «Desculpe-me este meu português, já nem sei que língua falo, tenho a gramática toda suja, da cor desta terra» (1996: 48). É este *roçar a língua de Camões*, como canta Caetano Veloso, que enriquece e fortalece a língua.

Um processo de operacionalização preconizado no domínio da Escrita, *escrever cartas e outros textos motivados por projetos de correspondência escolar*, pode vir a constituir uma via fecunda na comunicação entre crianças e adolescentes dos diversos países lusófonos, na perspetiva de uma educação interlinguística e intercultural. A palavra circulará, manifestando a força de uma materialidade nova que a fará emergir com vida própria e dando largas ao seu poder evocador de outros espaços, outras vivências.

Dado que na literatura se encontra a função expressiva da língua no seu mais elevado grau e que aí também são explorados os limites da linguagem, o atual programa de língua portuguesa permite dar os primeiros passos para o progressivo alargamento a outras literaturas em língua portuguesa que não a nacional.

No entanto, o currículo e o desenvolvimento curricular precisam de fundamentar-se em investigação rigorosa; como defende Óscar Lopes em intervenção na mesa redonda *Existe uma Cultura Portuguesa?*, «um dos mais urgentes campos de trabalho quanto à cultura portuguesa tem a ver com o mundo linguístico» (Silva, 1993: 43-45). Neste sentido sugere duas direções de trabalho cujas implicações no ensino da língua seriam muito produtivas. Propõe que seja feito um esforço conjunto de Portugal com os países lusófonos que têm problemas muito semelhantes, no sentido de dotar o exercício pedagógico de uma nomenclatura que unifique o trabalho neste âmbito; de facto, um tal trabalho, que só agora se está a desenvolver em Portugal, impediria os «simplicismos idólatras» perante novos quadros teóricos que se têm aplicado de forma apressada e desarticulada ao ensino da língua e dos textos e da(s) sua(s) gramática(s) explícita(s).

Um outro aspeto a aprofundar diz respeito ao trabalho de descrição sobre as variantes, já que «o Português, como todas as línguas, é um conjunto extremamente hábil de variantes ou registos sociais, regionais ou outros e ainda por cima este diassistema (...) tem variantes brasileiras e está a adquirir nítidos contornos diferenciais nos

países luso-africanos». Considerada a investigação recente neste campo, a meu ver, é fundamental selecionar os elementos a carrear para os programas do ensino básico, enriquecendo a perspetivação do ensino da variação durante a escolaridade obrigatória; começando por um confronto ao nível lexical e fonético a alargar depois ao estudo da sintaxe, este trabalho contribuirá para que se aprofunde a competência metalinguística de professores e alunos numa perspetiva interlinguística. Como já defendi relativamente a um contexto mais amplo (Frias, 1992: 141-142), o estudo da língua «de um modo linguisticamente preciso e culturalmente revelador, sobretudo através das áreas da linguagem que refletem mais provavelmente a cultura viva» constituirá uma perspetiva fecunda no sentido de se «desenvolver uma compreensão das semelhanças e das diferenças que nos aproximam ou afastam dos falantes» de outros países lusófonos.

Também no estudo do texto literário poderá com vantagem ser enriquecida a lista de obras de leitura orientada, não só em termos quantitativos, mas também na proposta de um elenco que se articule de forma coerente e continuada do 1º ao 9º anos, proporcionado aos alunos uma experiência estética que contribua para a sua descentração pelo contacto com literaturas que manifestam diferentes níveis concetuais e de expressão em que se inscrevem outros lugares. Nas palavras de Fernando Guimarães, na mesa redonda já mencionada (Silva, 1993: 101-102), «uma linguagem pode criar um espaço simbólico tal que pode produzir uma cultura ou o próprio sujeito dessa cultura. No caso da poesia portuguesa, nós beneficiamos de uma linguagem que se foi constituindo ao longo do tempo, emergindo de uma comunidade linguística que permite todo um espaço de comunicação, o qual se abre para um diálogo efetivo com as literaturas dos outros países».

A construção de um novo paradigma que integre de forma interativa e dinâmica os anteriores passa pela coragem de enfrentar desaparecimentos e trabalhar de novo a ideia de identidade nacional/cultural, afirmando a identidade/alteridade linguística que já existe, através do estudo e da produção de uma ampla e diversificada expressão cultural já que, nas palavras de Mia Couto poeta, precisamente nos dois primeiros versos de um poema intitulado *Identidade* (1999: 13):

*Preciso ser um outro
para ser eu mesmo*

Bibliografia

- Carneiro, Roberto (1992) «A língua é um dom gratuito» in *Jornal de Letras* 7.1.92, 18.
Couto, Mia (1999) *Raiz de Orvalho e Outros Poemas*, Lisboa: Caminho
Couto, Mia (1996) *A Varanda do Frangipani*, Lisboa: Caminho
CRSE (1988) *Documentos Preparatórios I*, Lisboa: Ministério da Educação
Fonseca, Joaquim (1992) *Linguística e Texto/Discurso*, Lisboa: ICALP
Frias, Maria José (1992) *Língua Materna — Língua Estrangeira, Uma Relação Multidimensional*, Porto: Porto Editora
Lotman, Iouri (1973) *La Structure du Texte Artistique*, Paris: Gallimard
Reis, Carlos e Adragão J. V. (1990) *Didática do Português*, Lisboa: Universidade Aberta
Silva, A.S. e outro (orgs.) (1993) *Existe uma Cultura Portuguesa?*, Porto: Afrontamento